

Rating

A-

Boa capacidade para honrar compromissos financeiros.

Risco muito baixo de default.

Data: 26/mar/2007

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 26 de março de 2007, atribuiu o *rating* **A-** de longo prazo, em escala nacional, ao Município de Porto Alegre.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na boa capacidade do Município em honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de recorrentes superávits primários, significativa participação na composição da economia do Estado (11% em 2004), maioria governista na Câmara dos Vereadores contribuindo para a aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo e cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal revelando forte comprometimento com o ajuste e equilíbrio fiscal.

Por outro lado, há fatores que impedem uma classificação melhor do *rating*, como o baixo nível de transparência quanto à publicação e divulgação das contas públicas no portal de internet do Município, baixo dinamismo da economia local em relação a seus pares, quanto à sua capacidade de geração de recursos, inclusive perdendo participação nos últimos anos, relativa dependência de recursos do Estado e União, pois apenas 30% das receitas correntes são de origem de tributos próprios, enquanto 40% provêm das transferências. Além do crescente volume de precatórios, que aumentou 164% no último ano e já representa aproximadamente 1% do Orçamento municipal e não há anúncio de medidas para conter o crescimento ou reduzir seu estoque.

Outros fatores avaliados que ampararam na atribuição da classificação foram: (i) baixo nível da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), fato que mantém boa margem para endividamento com políticas de desenvolvimento econômico; (ii) bons índices na avaliação de indicadores sociais comparativamente ao Estado, revelando que as políticas sociais aplicadas têm sido acertadas, destacando sua continuidade e reflexos positivos no longo prazo; (iii) boa infra-estrutura logística e hospitalar, fatores que, no médio prazo, reduzem a necessidade de realização de novos investimentos; e (iv) modernização nos processos de arrecadação tributária com desenvolvimento de programas eletrônicos e estímulos à demanda por emissão de Nota Fiscal, reduzindo o nível de sonegação, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal do Município, e sistema de compra via pregão eletrônico, reduzindo os custos do município.

PERSPECTIVA

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município de Porto Alegre continuará empenhando esforços em políticas administrativas, focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na contenção de seus passivos contingenciais, principalmente com precatórios. Há também a necessidade de realizar políticas de investimentos focadas no estímulo ao setor fabril, que perdeu significativa parcela nos últimos anos, incorrendo em redução da arrecadação, melhorando o desempenho econômico da região.

Sobre o Rating:

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Mar/07: Atribuição A-

Última Revisão: -

Próxima Revisão: em 6 meses

Data-base: -

Validade: -

Analista responsável:

Alex Agostini
Tel.: 55 11 3377 0710
alex.agostini@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

A realização de uma profunda reforma focada do sistema previdenciário ou uma mudança estrutural no sistema tributário, que elevasse de forma significativa a arrecadação do Município, resultaria em uma elevação do *rating* atribuído.

Por outro lado, a persistência do déficit previdenciário com um passivo estimado em R\$ 5,8 bilhões para os próximos 35 anos, bem como a ausência de uma política mais ousada para a redução do estoque de precatórios, são fatores que contribuem para a manutenção da atual classificação, bem como preserva o risco de um rebaixamento.

Dessa forma, a divulgação dos resultados das finanças do Município nos próximos meses será determinante para uma melhora ou piora do *rating* face às medidas implementadas ou não pela atual gestão.

Fatores Positivos

- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL;
- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da LRF, inclusive com folga em relação às metas determinadas;
- Redução das despesas com pessoal nos últimos anos, desonerando gradativamente a execução orçamentária;
- Maior transparência e eficiência da gestão fiscal, com adoção de sistemas para controle de gastos em projetos e de arrecadação (redução da sonegação fiscal);
- Maioria da base governista na Câmara dos Vereadores.

Fatores Negativos

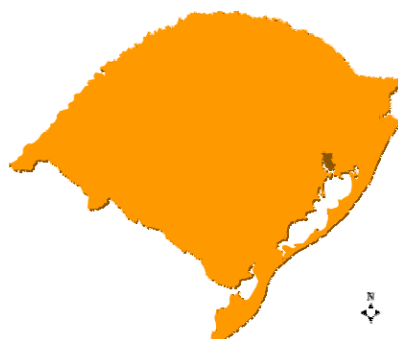
- Perda de competitividade econômica nos últimos anos, incorrendo em perda de dinamismo na arrecadação de tributos próprios;
- Elevado e crescente déficit previdenciário e ausência de estratégia de reversão do quadro atuarial no longo prazo;
- Significativo estoque de precatórios (R\$ 21,5 milhões), representando 11% do estoque total dos municípios gaúchos.

1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Município de Porto Alegre está situado na região Sul do Brasil, com população estimada pelo IBGE em 1.440.939 habitantes para o ano de 2006 (13,4% da população do Estado e 0,8% do total do Brasil), sendo mais de 97% urbana. A população cresceu a uma taxa média de 0,9% ao ano, entre os Censos de 1991 e 2000, enquanto o Rio Grande do Sul cresceu 1,2% e o Brasil 1,6%.

A região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) contempla os seguintes Municípios: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão.

Em 2004, a população da RMPA abrigava 3,97 milhões de pessoas, equivalendo a 37,4% da população gaúcha, um acréscimo de 1,8% em relação à mesma participação alcançada em 1995, quando a população da região era de 3,393 milhões.



A RMPA, por sua vez, localiza-se na parte sul do território metropolitano e é polarizada por Porto Alegre. Caracteriza-se por dispor de um parque industrial de grande diversificação, em que há uma presença expressiva de setores da petroquímica, da metalurgia, de produtos alimentares e do complexo automotivo, entre outros. É igualmente um pólo avançado, no que diz respeito às atividades do setor terciário, com presença marcante dos serviços comerciais, de saúde, educação, transportes, telecomunicações e intermediários financeiros.

Em suma, trata-se de uma unidade territorial marcada por um Setor secundário dinâmico e fornecedor de produtos de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que conta com um Setor terciário igualmente diversificado e de certa importância na hierarquia dos serviços.

Segundo dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Município, primeiro no *ranking* do Estado, apresentou variação real de 2,7% em 2004, atingindo o valor de R\$ 15,944 bilhões. O IBGE é o órgão oficial do governo que consolida e divulga os dados do PIB dos Estados e municípios, tendo disponibilizado indicadores até 2003, período em que o PIB de Porto Alegre foi de R\$ 14,655 bilhões.

Porto Alegre tem a melhor colocação, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os municípios com mais de um milhão de habitantes, liderando os subíndices de renda e educação, ficando para trás no indicador de saúde apenas para Curitiba. Entre todas as cidades brasileiras, Porto Alegre ocupa a 11ª colocação.

Dez maiores municípios, segundo o PIB total, do RS - 2004

MUNICÍPIOS	PIB					ESTRUTURA DO VAB (%)			PIB per capita (R\$)	POPULAÇÃO	
	R\$ 1.000	Variação %	Part. (%)		Posição 2003	A	I	S		Nº	Part. (%)
			2004	2003							
Porto Alegre	15.944.201	8,7	11,16	11,45	1º	0,15	27,27	72,58	11.257	1.416.363	13,2
Canoas	8.610.943	13,6	6,03	5,92	2º	0,05	62,01	37,94	26.496	324.994	3,03
Caxias do Sul	8.117.442	22,3	5,68	5,19	3º	4,82	61,96	33,22	20.485	396.261	3,69
Triunfo	6.461.807	28,3	4,52	3,93	4º	1,66	88,86	9,48	265.448	24.343	0,23
Gravataí	3.894.463	20,6	2,73	2,52	6º	0,56	71,43	28,01	15.031	259.100	2,42
Rio Grande	3.820.671	0,8	2,67	2,96	5º	2,86	64,73	32,41	19.716	193.789	1,81
Novo Hamburgo	3.434.114	15,5	2,4	2,32	7º	0,59	49,53	49,88	13.635	251.854	2,35
Santa Cruz do Sul	3.209.996	19,7	2,25	2,09	8º	4,71	66,69	28,59	27.653	116.081	1,08
Pelotas	2.372.849	11,9	1,66	1,66	9º	6,39	33,13	60,48	7.009	338.544	3,16
Passo Fundo	2.010.607	12,8	1,41	1,39	10º	4,66	38,22	57,11	11.033	182.233	1,7
Total	57.877.093	-	40,51	39,44	-	-	-	-	-	3.503.562	32,66
Rio Grande do Sul	142.874.226	11,6	100	100	-	16,34	42,66	41	13.320	10.726.063	100

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

1.1. Diferencial competitivo

Em 2004, o município de Porto Alegre representava 11,2% do PIB do Estado, sendo a principal economia da região. Entretanto, a cidade tem perdido espaço desde 1999 quando seu PIB representava 14,5% do PIB Estadual. Fatores como encarecimento da produção em Porto Alegre e de distribuição espacial com tendência dispersa para produção

de bens, levaram a capital gaúcha a um movimento de desindustrialização em relação aos demais municípios, movimento verificado nas três últimas décadas. Em 1970, Porto Alegre respondia por 25,9% da produção industrial do Estado, no entanto, constata-se reversão pelo baixo patamar de 7,7% alcançado em 2004, e sem tendência de recuperação.

Porto Alegre apresenta crescimento a taxas inferiores às registradas pelas principais economias gaúchas, resultado do menor dinamismo econômico em termos relativos. Consequentemente, Porto Alegre deixou de ocupar o posto de principal economia industrializada gaúcha, passando para o quarto lugar.

O setor de serviços tem ampliado sua participação ao longo dos anos, sendo que em 2004 representou 70% da economia, assumindo o papel de indutor do desenvolvimento urbano, característica observada em outras Metrópoles.

Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto per capita, a preço de mercado
Valor Adicionado a preço básico

R\$ mil

	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Porto Alegre						
PIB	15.944.201	14.664.204	13.247.309	12.315.983	11.986.207	10.962.407
PIB per capita	11,257	10,444	9,518	8,927	8,764	8,204
VAB Agropecuária	23.733	27.592	18.740	14.499	11.367	14.594
VAB Indústria	4.434.187	4.064.897	3.532.931	3.277.704	3.224.865	2.765.232
VAB Administração Pública	2.435.303	2.155.654	1.827.288	1.709.752	1.697.053	1.461.882
VAB Serviços	11.801.459	10.876.782	10.500.306	9.042.401	8.655.278	8.329.886

Fonte: FEE

1.2. Comércio exterior

O comércio exterior de Porto Alegre encerrou o ano de 2006 com superávit de US\$ 142,5 milhões, fruto de exportações de US\$ 775,1 milhões e importações de US\$ 632,5 milhões. As exportações de Porto Alegre responderam por 0,56% das exportações brasileiras e por 0,69% das importações no ano passado.

Considerando os principais blocos econômicos, os Estados Unidos são o maior destino das exportações porto-alegrenses, com 22,84%, seguido pela Ásia com 17,9%, União Européia 12,96%, e pela Europa Oriental com 12,90%, enquanto o Mercosul fica com apenas 6,66% das exportações.

Individualmente, o maior mercado são os Estados Unidos, mesmo tendo baixado sua participação de 36,16% em 2005 para 22,84% das exportações de Porto Alegre em 2006. Em segundo lugar está a China com 15,34%, que aumentou consideravelmente sua participação nas exportações em relação a 2005 (2,77%).

A pauta de exportações de Porto Alegre contempla participação importante de produtos básicos e industrializados, como soja, peças para tratores e automóveis, calçados, carnes e armas para caça.

Nas importações realizadas pelo Município em 2006, sobressaem-se as realizadas dos países do Mercosul que representam 32,77% do total, com um acréscimo de 58,45% na passagem de 2005 para 2006, principalmente a Argentina, que responde por 25,68%. Em segundo lugar aparecem os países da União Européia com 25,73%. A seguir estão a Ásia com 14,2% e os Estados Unidos com 13,42% das importações de Porto Alegre.

Os principais itens da pauta de importação estão vinculados à entrada de combustíveis, herbicidas, máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, acessórios para tratores e veículos e fertilizantes.

1.3. Infra-estrutura

A capital gaúcha é servida por duas rodovias principais, a BR-116 e a BR-290. A BR-116 tem grande ocupação urbana em seu entorno, porém apresenta condições críticas de tráfego devido ao grande número de congestionamentos e acidentes registrados. A BR-290, por sua vez, possibilita o acesso à BR-101, assegurando a ligação com o resto do País.

O transporte no perímetro urbano de Porto Alegre é, no geral, de boa qualidade. Não ocorrem muitos problemas nas linhas de ônibus e os engarrafamentos não comprometem o fluxo do trânsito. Além disso, a cidade conta com o sistema de trens urbanos (metrô de superfície), que liga a capital às cidades vizinhas.

O porto de Porto Alegre é o mais meridional do Brasil e une o centro produtor regional com o maior porto marítimo do Mercosul, o Porto de Rio Grande. É administrado pela Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul e está localizado na margem esquerda do Rio Guaíba, na parte noroeste da cidade de Porto Alegre.

As principais cargas embarcadas são: soja, celulose, bobina de ferro/aço, máquinas e aparelhos elétricos, contêiner cheio e vazio, petróleo cru, óleo diesel e óleo combustível, benzeno, tolueno e xileno. As principais cargas importadas são: trigo, sulfatos diversos, fertilizantes fosfatados, fertilizantes potássicos, papel-jornal, fertilizantes nitrogenados, uréia, contêiner cheio e vazio, nafta, petróleo cru, gasolina comum, propano e etileno.

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado em Porto Alegre é o principal aeroporto do Estado. Sua movimentação média é de 2,8 milhões de passageiros/ano, envolvendo uma movimentação de 64 mil aeronaves/ano. A movimentação de cargas por via aérea atinge 47 milhões de kg/ano. O mais novo terminal de passageiros, concluído em setembro de 2001, tem capacidade para atender a uma demanda de até 4 milhões de passageiros/ano, podendo receber até 28 aeronaves de grande porte, simultaneamente.

1.4. Educação e Saúde

O Município mantém bom nível de escolaridade, com 96,55% da população alfabetizada, superior aos índices observados no Rio Grande do Sul de 85,3% e no Brasil de 84,4%. A sua classificação no Índice de Desenvolvimento entre as capitais com mais de 1 milhão de habitantes mantém-se na primeira posição para os dados de 1991 e 2000 do IPEA.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico para o Rio Grande do Sul é elaborado pela Fundação de Economia e Estatística, com inspiração no Índice de Desenvolvimento Humano. O IDESE considera diversos indicadores econômicos e sociais divididos em quatro blocos temáticos: Educação, Saúde, Saneamento e Domicílios e Renda. Segundo este índice, Porto Alegre apresenta alto nível de desenvolvimento, com destaque para os blocos de saúde e educação, e na classificação geral do Estado de 2003 (último dado disponível), classifica-se na quinta posição.

Os indicadores de infra-estrutura básica também revelam que há um bom nível no município, exigindo, portanto menor esforço do governo municipal para empenhar investimentos nessa área, podendo concentrar e direcionar seus esforços para áreas menos atendidas ou, ainda, na redução de sua dívida.

INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (2005)

SETOR	INDICADOR	PORTO ALEGRE		RIO GRANDE DO SUL	
		Quantidade	Part.% / Total	Quantidade	Part.% / Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	1.440.939	-	10.845.803	-
	Habitantes por domicílio	3,2	-	3,1	-
	Natalidade infantil (por mil) (*)	13,3	-	14,4	-
	Mortalidade infantil (por mil) (*)	12,9	-	13,2	-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	453.142		3.465.546	
	abastecimento de água	444.668	98,1%	2.931.774	84,6%
	Esgoto sanitário	418.341	92,3%	2.796.258	80,7%
	Coleta de lixo	450.287	99,4%	3.033.905	87,5%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	49.712	3,5%	-	6,7%
	População Alfabetizada	1.391.227	96,6%	9.248.381	85,3%
	Sem instrução e menos de 1 ano	38.899	0,4%	529.592	5,7%
	1 a 3 anos de estudo	104.071	1,1%	1.086.328	11,7%
	4 a 7 anos de estudo	328.134	3,5%	3.487.728	37,7%
	8 a 10 anos de estudo	207.816	2,2%	1.560.023	16,9%
	11 a 14 anos de estudo	303.476	3,3%	1.956.652	21,2%
	15 anos ou mais de estudo	164.151	1,8%	583.827	6,3%
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	519	-	4.601	-
	Públicos	133	25,6%	2.475	53,8%
	Privados	386	74,4%	2.126	46,2%

Fonte: IBGE

2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, José Fogaça, está no cargo desde 2005, quando foi quebrada a hegemonia do PT que estava há 16 anos à frente da prefeitura de Porto Alegre. Apesar da alteração da legenda partidária, os programas de tradição histórica, como o Orçamento Participativo, seguiram no mandato do PPS e, pelos dois anos em que está no poder, não apresenta rompimento do compromisso com as contas municipais. A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 36 cadeiras, sendo 21 da ala governista, o que aumenta a chance de aprovação de projetos encaminhados pelo Executivo.

3. CONTAS PÚBLICAS

3.1. Servidores públicos municipais

Em 2005, o quadro de servidores públicos de Porto Alegre, somente relacionados à Administração Direta, era formado por 13,7 mil ativos e 4,5 mil inativos, totalizando 18,7 mil servidores (último dado disponível consolidado). Na comparação com 2004 (18,1 mil), houve aumento de 0,14% no quadro de pessoal, enquanto as despesas com pessoal em 2006 aumentaram 7,65% em relação a 2005, quando atingiram R\$ 1,069 bilhão.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

	R\$ mil			
DESPESA COM PESSOAL	2003	2004	2005	2006*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	951.493	903.131	965.387	1.039.284
PESSOAL ATIVO	665.886	701.287	663.393	711.639
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	285.607	201.844	301.994	327.646
OUTRAS DESP. DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÕES	0		0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS	84.086	82.418	195.491	221.147
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	nd	51.421	128.913	149.218
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE	867.407	873.153	898.809	967.356
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.665.719	1.628.521	1.928.613	2.060.327
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE RCL	51,71%	51,66%	46,60%	46,95%
LIMITE MÁXIMO = 54,00%				
LIMITE PRUDENCIAL = 51,30%				

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional

nd: não disponível

(*) Dados da Secretaria Municipal da Fazenda

Elaboração: Austin Rating

3.2. Orçamento municipal de 2007

A Lei Orçamentária do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 2,675 bilhões. O orçamento prevê aumento da arrecadação própria através do investimento em tecnologias de informação, sem aumento de alíquota nos impostos. A estimativa da receita para 2007 se baseia no orçamento de 2006, acrescido da taxa de inflação de 4,5%.

As receitas correntes respondem por 89,8% do orçamento, sendo que as receitas tributárias representam 70,4% e está dividida em 29,5% com impostos e 40,9% com as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.), revelando certa dependência do município com relação aos recursos transferidos pelo Estado, previstos no orçamento.

QUADRO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
ORÇAMENTO 2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %
1. Receitas Correntes	2402	89,80%
Receitas Tributárias	789	29,49%
IPTU	199	7,43%
ISSQN	329	12,30%
ITBI	90	3,38%
IRRF	93	3,49%
Transferências Correntes	1.095	40,92%
Cota-Parte FPM	181	6,76%
Cota-Parte ICMS	368	13,77%
Cota-Parte IPVA	121	4,52%
Outras Receitas Correntes	1.121	41,89%
2. Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	160	5,99%
3. Receitas de Capital	113	4,22%
Operações de Crédito	99	3,69%
Outras Receitas de Capital	14	0,53%
TOTAL	2.675	100%

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

Elaboração: AUSTIN RATING

3.3. Capacidade de arrecadação

O Município possui autonomia relativamente baixa quanto à sua capacidade de arrecadação, uma vez que aproximadamente 40% das receitas municipais se referem a transferências correntes do Estado e da União. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISSQN e o IPTU, que juntos representaram 67,1% do total das receitas tributárias e 22,6% da receita total.

A Lei Orçamentária de 2007 superestima a receita proveniente da cota-parte de ICMS Estadual, no valor de R\$ 368,31 milhões, representando um aumento de 41,1% relativo ao ano anterior, quando recebeu R\$ 261,07 milhões, enquanto a projeção para 2007 de arrecadação de ICMS no Estado prevê crescimento de 7,8% em relação a 2006, fato que desqualifica a previsão municipal de receita.

As transferências correntes de maior expressão são as provenientes da União no valor de R\$ 75.652 mil para o exercício de 2006, sendo a principal a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no valor de R\$ 70.486 mil, enquanto as transferências Estaduais representaram 18,9% da receita total (R\$ 411.164 mil), sendo as principais transferências a Cota-Parte ICMS (R\$ 304.141 mil) e a Cota-Parte do IPVA (R\$ 94.641 mil).

Cabe ressaltar que, por determinação da Constituição Federal, os Estados devem repassar aos Municípios 25% do ICMS arrecadado. Fica a cargo da Secretaria Estadual da Fazenda apurar o índice de participação de cada município. No Rio Grande do Sul são consideradas as seguintes variáveis: Valor adicionado 75%, Área 7%, População 7%, Número de Propriedades Rurais 5%, Produtividade Primária 3,5%, Inverso da Taxa de Evasão Escolar 1%, Inverso do Coeficiente de Mortalidade Infantil 1% e Pontuação no Projeto Parceria 0,5%. Quanto ao IPVA, 50% do valor arrecadado para veículos licenciados no Município devem retornar à sua origem.

O Município tem realizado investimentos em tecnologia de informação para ampliar a geração de recursos, para tanto, adotou algumas medidas como, por exemplo, a criação do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART) para tornar mais ágeis as soluções e as demandas administrativas dos contribuintes, pois os fiscais atuarão em duas câmaras especializadas quanto à natureza de cada tributo.

Há também a expectativa de aumento da arrecadação referente ao IPTU e ao ISSQN. No primeiro caso, o IPTU, prevê-se a realização de levantamento aerofotogramétrico, recurso com a finalidade de determinar a forma, dimensões e posição dos objetos contidos numa fotografia, através de medidas efetuadas sobre a mesma, que é utilizado por outras capitais para identificar economias omissas no cadastro fiscal. A última aplicação desse sistema

na capital gaúcha foi em 1982 e parcialmente atualizada em 1987.

No segundo caso, o ISSQN, o município trabalha com duas iniciativas para otimizar a fiscalização do tributo: i) expansão da declaração eletrônica a todas as prestadoras de serviços (em torno de 120 mil); e ii) setorização das empresas contribuintes, conforme doze grupos de atividades definidos, o que permite aos fiscais a especialização em determinada área e o conseqüente aperfeiçoamento na capacidade de identificar as oportunidades de atuação.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Resultado orçamentário

O Município de Porto Alegre apurou R\$ 2.177 milhões em receitas e R\$ 2.109 milhões em despesas no ano de 2006, incorrendo em um superávit orçamentário de R\$ 67,75 milhões contra R\$ 95,0 milhões registrados em 2005, recuo de aproximadamente 30%.

No grupo das despesas realizadas pelo Município, o empenho de recursos com pessoal e encargos sociais, representou 51,8% da despesa de 2006, quebrando a tendência de queda registrada desde 2003, quando a despesa com pessoal representou 53,9% da despesa total. Os gastos com investimentos em 2006 ficaram no patamar de R\$ 121.344 mil, ou seja, 14,9% maiores que o nível atingido em 2005 de R\$ 105.597 mil.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

RECEITA E DESPESA

valores a preços correntes (R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006
RECEITAS TOTAL	1.850.413	1.965.129	2.089.865	2.177.530
RECEITAS CORRENTES	1.798.825	1.884.692	2.059.010	2.144.574
RECEITA TRIBUTARIA	585.808	581.996	666.797	733.237
IPTU	175.027	138.685	172.208	183.456
ISSQN	204.263	240.975	278.873	308.749
ITBI	55.126	64.786	72.179	86.027
IRRF	87.925	87.862	83.937	91.722
TAXAS	64.464	49.685	59.601	63.282
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	82.013	117.321	70.499	95.116
RECEITA PATRIMONIAL	37.992	24.980	30.219	37.693
RECEITA AGROPECUÁRIA	2,00	2,00	3,83	1,04
RECEITA DE SERVIÇOS	246.302	260.631	282.921	297.028
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	755.636	805.727	908.341	874.789
COTA-PARTE FPM	53.138	57.926	72.540	59.914
COTA-PARTE ICMS	276.036	285.355	319.351	261.071
OUTRAS TRANSFERÊNCIA CORRENTES	426.462	462.446	516.450	553.804
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.072	94.035	100.228	106.710
RECEITAS FINANCEIRAS (DÍVIDA ATIVA)	34.025	40.596	52.063	59.187
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	57.047	53.439	48.166	47.523
RECEITAS DE CAPITAL	51.588	80.437	30.856	32.957
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43.826	48.741	24.150	21.992
ALIENAÇÃO DE BENS	5.451	26.265	3.399	7.722
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	582	639	1.191	2.181
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.729	4.777	1.722	1.062
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	15	394	0
DESPESAS TOTAL	1.827.958	1.987.797	1.994.862	2.109.779
DESPESAS CORRENTES	1.675.104	1.786.114	1.816.895	1.936.367
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	984.579	1.048.468	1.013.905	1.093.233
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	39.839	45.143	38.983	32.285
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	650.686	692.503	764.007	810.849
DESPESAS DE CAPITAL	152.854	201.683	177.967	173.412
INVESTIMENTOS	115.120	144.795	105.597	121.345
INVERSÕES FINANCEIRAS	524	11.673	6.000	0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	37.210	45.215	66.370	52.068
SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)	22.455	-22.668	95.003	67.751
SUPERÁVIT/DÉFICIT (em % da Receita Total)	1,2%	-1,2%	4,5%	3,1%
RESULTADO PRIMÁRIO	54.488,00	-80.722,00	87.488,60	93.064,89

(p) provável

Fonte: Secretaria da Fazenda.

Elaboração: Austin Rating

4.2. Resultado Primário e evolução dos indicadores fiscais

Os números já divulgados da execução orçamentária de 2006 revelam que o Município encerrou o ano com superávit primário da ordem de R\$ 93,1 milhões, valor acima da meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de R\$ 584 mil. O resultado primário apresentou crescimento de 6,4% em relação a 2005, quando foram apurados R\$ 87,5 milhões.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a prefeitura apurou resultados negativos, fato que impediu a aquisição de novos financiamentos. O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Município apresentou superávit de R\$ 56,01 milhões em 2006, ou 2,71% da receita líquida, o que representa aumento de 536% em relação a 2005, quando o superávit foi de R\$ 8,79 milhões.

A Dívida Consolidada Líquida de Porto Alegre está muito abaixo dos limites máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo histórico, mesmo antes da LRF, o município já era cauteloso a respeito da Dívida, sendo que esta era mantida a níveis baixos, o que demonstra controle das contas públicas. O ritmo de amortização da dívida vem mantendo trajetória crescente, sendo fator positivo para sua eliminação, uma vez que esta se mantém em níveis baixos.

INDICADORES FISCAIS ESTIMADOS DA DESPESA DE PESSOAL E DA DÍVIDA MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões							
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.033	1.082	1.219	1.378	1.454	1.666	1.759	1.929
DÍVIDA CONSOLIDADA	199	264	300	343	468	465	473	440
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	96	107	164	155	322	337	375	218
SERVIÇO DA DÍVIDA	21	20	26	33	68	76	90	104
SERVIÇO DA DÍVIDA LÍQUIDO	0	-11	0	-2	32	42	68	78
DESPESAS COM PESSOAL	411	462	558	656	764	979	1.047	696

FONTE: Finanças do Brasil - FINBRA, dados extraídos do SISTN-CAIXA (dados do balanço consolidado digitados pelo Município)

Serviço da Dívida Líquido é o somatório das despesas com juros e amortizações da dívida, deduzidas as receitas financeiras.

Dívida Consolidada Líquida – DCL é a dívida interna mais a dívida externa menos ativo financeiro.

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.	Relatório de Gestão Fiscal – RGF Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.
Tipo de Despesa	Limite
Pessoal e Encargos Sociais	Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL
	Limite Prudencial: até 51,30% da RCL
	Limite Máximo: até 54,40% da RCL
	Despesa total com pessoal Consolidada em relação à RCL
	Limite Prudencial: até 57,0% da RCL
	Limite Máximo: até 60,0% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	120 % da RCL
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0% da RCL
	Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0% da RCL

5.1. Indicadores de desempenho da LRF

Desde a promulgação da LRF, em maio de 2000, os Municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos. Nesse sentido, é importante ressaltar que o município de Porto Alegre não divulgou os dados para anos anteriores a 2003, fato que dificulta o processo de classificação do *rating*, pois ignora um período (2001-2002) que pode evidenciar ou não o processo de consolidação de ajuste fiscal.

O Município demonstra que tem relativa facilidade em atingir as metas previstas pela Lei. Com exceção das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para os anos de 2001 e 2002, que não foram disponibilizados pelo Município, todos os indicadores estão dentro dos parâmetros apontados pela LRF.

O principal destaque do quadro de desempenho dos indicadores da LRF do município de Porto Alegre é o cumprimento da relação DCL sobre RCL. A meta para o cumprimento desse indicador é de até 120% da RCL, porém, o município apresenta uma relação de 20,91% em 2006, tendo atingido seu ápice em 2004 com 31,82%. Fato este que revela boa capacidade de endividamento sem comprometimento do equilíbrio fiscal, podendo, portanto, direcionar gastos para investimentos para desenvolver a economia local como, por exemplo, infra-estrutura.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, outro importante indicador de desempenho da LRF, se manteve dentro do limite de 54%, apesar de ter sido observado um movimento de alta nos anos de 2002 e 2003, quando atingiu seu maior nível (51,71%). Porém, a partir de 2004 foi observado um movimento de redução dessa despesa, passando de 51,66% para 46,95% em 2006.

O município também cumpriu com certa folga os limites das Vinculações Constitucionais para as áreas da Educação (25%) e da Saúde (15%). É importante destacar que os investimentos nessa área garantem um crescimento mais robusto e desenvolvimento com maior qualidade no longo prazo, garantindo à região melhores condições para a gestão das finanças públicas.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.							
						Valores em % da RCL	
INDICADORES	LIMITES	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (p)
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	42,28%	45,94%	51,71%	51,66%	46,60%	46,95%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	11,12%	30,85%	28,03%	31,82%	24,95%	20,91%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	2,76%	3,65%	2,63%	2,84%	1,25%	1,07%
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	nd	nd	28,50%	26,16%	27,11%	26,60%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 15%	15,65%	21,23%	19,43%	18,20%	18,04%	19,26%
Investimento	% da RCL	8,1%	7,9%	8,69%	6,2%	5,7%	6,0%
Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões		1.377,6	1.451,5	1.665,7	1.715,0	1.843,3	2.022,2
(p) provável - nd: não disponível							
(*) O Limite definido pelo Senado Federal, conforme disposto na Resolução 40/2001, corresponde a 120% até 2016, sendo que o excesso verificado em 2001, de 72,74%, deve ser reduzido a razão de 1/15 por ano, ou 4,85% ao ano.							
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda					Elaboração: Austin Rating		

6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

A Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre mantém em seu portal da internet acesso aos fornecedores, disponibilizando informações e o acompanhamento dos pagamentos efetuados através do Banrisul, o que facilita a transparência entre a prefeitura e seus credores. Todas as modalidades de licitações (Cotação de Preços, Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Pregão) podem ser acompanhadas pelo site, seja as já encerradas ou as previstas, sendo o Pregão Eletrônico intermediado pelo Banco do Brasil.

O site da prefeitura disponibiliza o "Portal da Gestão", em que podem ser consultados programas de governo pelos seus cronogramas de execução e pelos indicadores de desempenho, através de ferramentas como o Mapa Estratégico (gestão da estratégia), Programas de Governo - PPA (execução da estratégia) e Gestão de Processos. O modelo adota como premissas o conceito de participação cidadã (Governança Solidária Local), a estruturação da organização por eixos de atuação (Visão sistêmica) e a contínua avaliação de resultados.

Os aspectos contemplados pelo Modelo de Gestão são: i) Criação de Valor na relação Governo e Sociedade; ii) Gestão da Estratégia; iii) Gestão de Processos e Gestão de Conhecimento.

6.1. Pregão Eletrônico

Em parceria com a Procergs e o Banrisul, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos implantou, em outubro de 2003, o sistema de compras via Internet. O Pregão Eletrônico é mais ágil, transparente, eficiente e econômico.

Desde a sua implantação até o final de 2006, a economia estimada é de R\$ 71,6 milhões, com a previsão de efetivação de aproximadamente 1.470 pregões. A economia de recursos se deve à diferença entre os preços de mercado e os efetivamente praticados por meio dos pregões.

O Pregão Presencial foi implantado em outubro de 2003. Em outubro de 2006, foi implantada a versão do sistema informatizado, incorporando a modalidade Pregão Presencial, possibilitando padronização nos procedimentos e manutenção em uma mesma base.

7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

7.1. Previdência social

O sistema previdenciário aumentou gradualmente as alíquotas de contribuição entre os anos de 2001 e 2005, atingindo o valor atual de 11% dos vencimentos dos servidores ativos e inativos, enquanto a contribuição patronal passou para o patamar de 22% (anteriormente a contribuição patronal era igual à contribuição dos servidores). A partir de setembro de 2004, os aposentados voltaram a contribuir com o sistema e iniciou-se a participação contributiva dos beneficiários de pensão, com alíquotas idênticas a dos servidores ativos, mas incidentes apenas sobre a parcela do benefício que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência (fixado em R\$ 2.668,15 a contar de maio/05), nos termos da Emenda Constitucional nº. 41/03 combinado com decisão do Supremo Tribunal Federal.

Mesmo com a aplicação do aumento das alíquotas, os recursos arrecadados não são suficientes para cobrir a folha de pagamento, sendo que o município teve de repassar ao PREVIMPA em 2005 cerca de R\$ 118 milhões para cobrir o déficit atuarial. O cálculo atuarial da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 aponta um passivo para os próximos 35 anos de R\$ 5,8 bilhões.

Uma das medidas apontadas é a capitalização do COMPREV (Compensação Financeira Previdenciária), que se constitui de valores devolvidos pelo INSS das contribuições dos Servidores que se aposentaram pelo município e contribuíram para o regime geral antes de ingressarem no serviço municipal, pelo período de 10 anos, a fim de reduzir a parcela de repasses do governo municipal. Até junho de 2005, o PREVIMPA arrecadou cerca de R\$ 17,4 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 13,8 milhões para folha de pagamento dos aposentados.

O Departamento de Previdência dos Servidores Municipais (PREVIMPA) iniciou a implantação de um sistema de gestão Previdenciária, a SONDAPREV, em parceria com a PROCempa e a empresa SONDA DO BRASIL S/A, no qual o objetivo é gerar maior segurança e solidez no gerenciamento de informações previdenciárias, através da informatização da base de dados previdenciários e integração com outros sistemas da Prefeitura, além da otimização de fluxos e processos de concessão de benefícios. O término da implantação do *software* está previsto para o início de 2008.

7.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios em 2006 atingiu R\$ 21,47 milhões (11% do total dos municípios do Estado), apresentando alta de 164% em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 8,11 milhões em precatórios. Não há previsão de projetos na Lei do Orçamento ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias para pagamento do estoque de precatórios, que vem apresentando níveis crescentes desde o ano de 2003.

A situação de aumento sem controle dos precatórios no município, bem como a ausência de políticas para a contenção ou redução dos mesmos, reflete de forma negativa no processo de atribuição do *rating*. Porém, caso o município adote alguma medida que vise reduzir de forma mais rápida o estoque de precatórios, terá impacto positivo nas próximas avaliações do *rating*.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos

para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento.

8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

A economia porto-alegrense está apoiada, em grande parte, no setor de Serviços, respondendo por aproximadamente 70%. Como houve um forte processo de desindustrialização ao longo das últimas duas décadas, a capacidade de arrecadação do município perdeu dinamismo, passando, portanto, a ter maior dependência das transferências constitucionais (Estado e União). Com esse quadro instituído, a necessidade de se estimular a atração de negócios para desenvolver o setor de serviços, bem como aqueles relacionados diretamente aos tributos próprios do município, se torna ainda maior.

Além da capacidade de geração de recursos, outro ponto que merece atenção é a situação dos passivos contingenciais: déficit previdenciário e precatórios. Apesar de haver boa capacidade de endividamento, pois a relação DCL/RCL é muito baixa, o crescente volume de precatórios e do déficit no curto prazo são fatores que, no médio prazo, podem exigir concentração maior da prefeitura para conter o avanço dessas despesas, em detrimento ao volume de investimentos, por exemplo, em infra-estrutura, educação e saúde, que são áreas importantes para o desenvolvimento no longo prazo, período de análise do *rating*.

Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
AA	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
A	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de <i>default</i> .
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
BB	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros, porém há incertezas relativas a condições adversas de negócios e econômicas. Risco médio de <i>default</i> .
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
C	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.